

EMENDA Nº - CMMPV

(à MPV nº 793, de 2017)

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 12 da Lei 8.212, de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25.

I - 1% (um inteiro por cento) da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A alíquota desta contribuição já foi reduzida de 2% para 1,2% (inciso I do art. 25 da Lei 8.212/91), plenamente justificável pelos fundamentos apresentados com a Medida Provisória em voga: “A redução da alíquota tem como objetivo ajustar a carga tributária do produtor rural pessoa física tendo em vista a crescente mecanização da produção com a conseqüente redução de empregados e da folha salarial para muitos produtores, o que faz com que essa contribuição, na alíquota atual, represente peso muito grande no custo de produção desses produtores.”

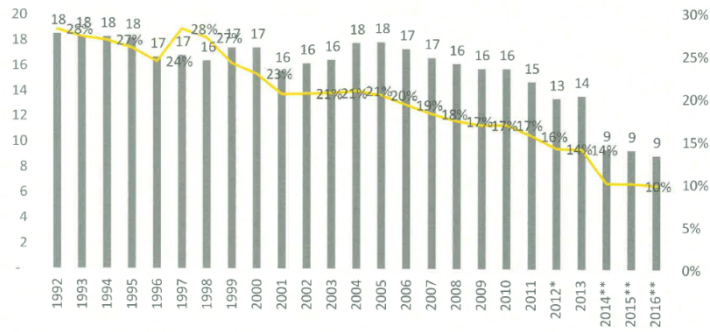
Isto porque os números demonstram esta capacidade. A produção rural está altamente mecanizada e qualificada, com avanços muito significativos na produtividade, muito distinta daquela pelos idos de 1992, quanto foi instituída pela Lei 8.540/92, que modificou a Lei 8.212/91, especialmente em seu art. 25.

A produção aumentou geometricamente. Conseqüentemente, a arrecadação fundada nestes montantes também implica aumento em igual proporção. Porém, com a mecanização, os beneficiários do produto da arrecadação que se faz com esta contribuição diminuiriam.

O PNAD mostra que, em 1992, as pessoas ocupadas no meio rural com a contribuição para a Previdência caíram de 18 milhões para 9 milhões em 2016, demonstrando que há, hoje, menos benefícios previdenciários a serem pagos àqueles ligados ao setor rural contribuinte.



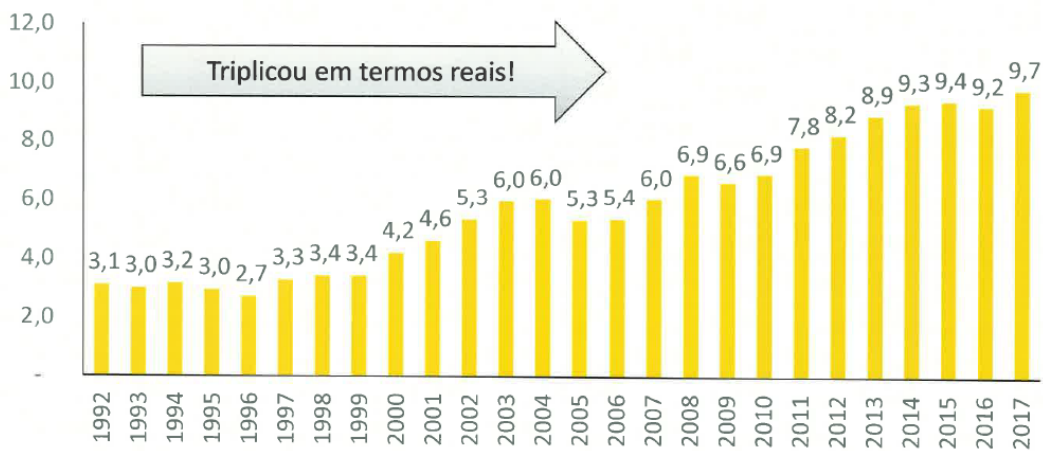
Brasil - Milhões de Pessoas ocupadas no Meio Rural com Contribuição para Previdência



Fonte: PNAD
 (*) A partir de 2012 a estatística retrata pessoas com 15 anos ou mais de idade, e não a partir dos 10 anos.
 (**) Estimativas da PNAD para 14 anos ou mais de idade

Por outro lado, a contribuição do setor rural é o triplo, na expectativa da retomada da cobrança do Funrural, inversamente proporcional aos dados anteriormente apresentados, o que demonstra que, há mais recursos hoje, gerados pelo setor rural, ao invés de menos benefícios previdenciários a serem pagos ao mesmo setor. É a equação atual que justifica a revisão da alíquota.

Brasil – Potencial de geração de Contribuição Previdenciária sobre faturamento, em valores constantes (Média 2017-IGP-DI)



- Há, ainda, o valor da contribuição dos próprios empregados.

Fonte: FARSUL
 A partir dos dados do MAPA

Daí, porque, a proposição da redução da alíquota futura da contribuição objeto desta Medida Provisória.